



XVI congresso interno de iniciação científica

Ginásio Multidisciplinar da Unicamp
24 a 25 de setembro de 2008



H0769

REALEZA E EPISCOPADO NO REGNUM FRANCORUM A PARTIR DE TEXTOS NORMATIVOS, 585-614

Thiago Juarez Ribeiro da Silva (Bolsista PIBIC/CNPq) e Profa. Dra. Néri de Barros Almeida (Orientadora), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, UNICAMP

Mais do que um hiato entre o fim do Império Romano do Ocidente e o império carolíngio, o início da alta Idade Média apresentou elementos fundamentais para a constituição da Igreja e da sociedade medieval. Desta premissa, coube ao nosso estudo observar a interlocução decisiva entre a realeza merovíngia e o episcopado dentro do Regnum Francorum a fim de compreender suas relações, suas concepções particulares do poder e do papel que deveriam desempenhar no governo da sociedade. Para tanto, elegemos quatro fontes, entre atas conciliares e editos reais: o Concílio de Mâcon II, o Edito de Gontrão, e Concílio de Paris V e o Edito de Clotário II. Os dois primeiros decorrem da assembléia conciliar ocorrida em 585, os dois últimos da assembléia conciliar de 614. Assim, realizou-se um estudo comparativo das fontes, da ingerência entre cada concílio e seu respectivo edito, e também da retomada de dispositivos entre eles. Atentamos ainda ao ambiente social e político de suas composições, bem como aos aspectos terminológicos e conceituais dos documentos. A partir deste exercício percebemos uma elite dirigente, isto é, realeza e episcopado, que resguardando e reconhecendo mutuamente suas dimensões de ação, cooperaram esforços num sentido final de governo: a plenitude da justiça e, por conseguinte, a salvação do povo e do reino. Firmava-se aí o princípio de realeza cristã.

Realeza - Igreja - Governo